

POLÍTICA

CASO TRT-SP

Subcomissão do Senado já conseguiu esclarecer as participações de Nicolau e Barros no esquema, mas ainda não respondeu a perguntas importantes

Senado Federal

Fugindo da pizza

Rudolfo Lago

Da equipe do Correio

Os depoimentos tomados pela subcomissão do Senado que investiga o desvio de recursos da obra superfaturada do Fórum Trabalhista de São Paulo já esclareceram alguns pontos importantes do esquema que sumiu com R\$ 169 milhões de dinheiro público, mas ainda deixam no ar pelo menos quatro perguntas que provavelmente têm como resposta quatro culpados e que até agora não apareceram. Quem ajudou o juiz Nicolau dos Santos Netto no Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo? Quem possibilitou o abastecimento do propinoduto do Fórum Trabalhista dentro do Tribunal Superior do Trabalho? Qual a participação efetiva do ex-secretário-geral da Presidência Eduardo Jorge Caldas Pereira no esquema? E, finalmente, quem ajudava, no Congresso, a concretização do desvio dos recursos?

É o mínimo necessário para que o caso comece a ser verdadeiramente apurado, mas que muitos senadores julgam ser grande demais para os pequenos poderes da subcomissão. "Estamos investigando e vamos chegar a conclusões importantes. Mas desde o início eu tenho dito que não quero gerar expectativas que não possam ser cumpridas", defende-se o presidente da subcomissão, senador Renan Calheiros (PMDB-AL). "Só uma Comissão Parlamentar de Inquérito pode chegar a esse nível de detalhamento que a sociedade exige", avalia a líder do bloco de oposição no Senado, Heloísa Helena (PT-AL). Os dois têm razão. Em parte. A subcomissão pode, sim, chegar a conclusões mais importantes, mas depende de movimentos alheios à sua vontade.

Na verdade, há dois caminhos fundamentais para possibilitar que a subcomissão vá adiante. O primeiro é o rastreamento pelo Banco Central do dinheiro que o TRT de São Paulo pagou à construtora Incal. É preciso saber para quem a Incal repassou esses recursos depois de receber a verba. Essa é uma tarefa que já havia sido pedida ao Ban-

José Varella



MONTEIRO DE BARROS AINDA ACREDITA QUE PODE EXPLICAR TUDO NA JUSTIÇA: "O DINHEIRO É MEU E EU VOU PROVAR"

co Central pela CPI do Judiciário, mas o BC até hoje não concluiu esse trabalho. Argumenta que é muito complicado esse rastreamento, envolve centenas de contas bancárias, no Brasil e no exterior, além dos pagamentos devidos e indevidos.

O segundo caminho é a quebra do sigilo fiscal e telefônico dos envolvidos. Há uma grande lista de pedidos nesse sentido nas mãos do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), e dos demais integrantes da Mesa Diretora. Mas aí já começam os problemas: ACM disse que só vai tomar uma decisão depois do dia 12 de setembro. E mesmo autorizados pela Mesa, não há garantia de que esses sigilos venham mesmo a ser quebrados. O tema é polêmico. Alguns senadores, como Jefferson Peres, entendem que

só uma CPI pode quebrar sigilos. Não há certeza sobre qual seria a posição do Supremo.

Não é impossível, por exemplo, que Eduardo Jorge, ou algum outro envolvido que venha a ter sua quebra de sigilo autorizada, consiga impedir que isso ocorra na

Justiça. No caso da subcomissão, é muito pequena a distância que separa uma investigação profunda de um trabalho rasteiro.

BEM PRIVADO

Se por um lado os senadores não enxergam como fugir do marasmo que a subcomissão pode cair daqui para frente, por outro os depoimentos realizados até agora ajudaram a esclarecer alguns pontos sobre como se formou o esquema que possibilitou o desvio do dinheiro.

Primeiro, o que concluíram os próprios senadores: o esquema de desvio dos recursos foi mesmo arquitetado pelo empresário Fábio Monteiro de Barros. E, segundo alguns integrantes da subcomissão, com a ajuda ou conhecimento do senador casado Luiz Estevão.

Fundamental na fabricação desse esquema foi a inédita modalidade de licitação criada para a construção do Fórum Trabalhista de São Paulo. O Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo firmou um contrato não para que a Construtora Incal construísse um prédio, mas para adquirir dela um imóvel pronto. Com isso, gerou situações peculiares que fizeram com que a obra pudesse seguir mesmo depois de constatadas irregularidades e superfaturamentos.

Como é dona do imóvel que foi vendido, a Incal alega que o Ministério Público não pode exigir a devolução do dinheiro que foi pago. Trata-se de uma transação que ultrapassa a alçada do Minis-

tério Público, por ter sido feita em torno de um bem privado de uma empresa privada, e não de um serviço contratado por órgão público. Nas entrevistas que deu depois que foi preso, Monteiro de Barros deixou clara essa interpretação: "O dinheiro é meu e eu vou provar isso na Justiça".

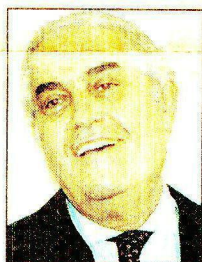
BOLA DA VEZ

Não há dúvidas também quanto ao envolvimento do juiz Nicolau dos Santos Netto. Como presidente do TRT, foi ele quem aceitou essa modalidade de licitação. Pesam sobre ele também as diversas demonstrações de enriquecimento ilícito. Os senadores, porém, estão convictos de que havia outros cúmplices no TRT. Algumas situações posteriores que beneficiaram a Incal, e que contaram com o beneplácito dos outros presidentes do TRT, precisam ser melhor esclarecidas.

Os senadores acreditam que não poderia haver a liberação dos recursos sem a convicção do Tribunal Superior do Trabalho. O ex-diretor-geral do TST José Geraldo Lopes Araújo é a bola da vez. O que mais intriga os senadores é que o TST ajudou a engordar a caixinha da obra do Fórum com recursos inicialmente destinados a construções em outros TRTs. "Parece estar se comprovando um envolvimento grande da Justiça do Trabalho como um todo nessa irregularidade", avalia o senador Edison Lobão (PFL-MA), um dos integrantes da subcomissão do Senado.

A PF PROCURA E NÃO ACHA

NICOLAU DOS SANTOS NETTO



FORAGIDO HÁ

133 DIAS